

ÍNDICE

<i>Síntese curricular dos autores</i>	5
<i>Abreviaturas</i>	7
<i>Prefácio de Carlos Mário da Silva Velloso</i>	27
<i>Apresentação da 2ª edição</i>	31
<i>Apresentação de Ives Gandra da Silva Martins e Carlos Valder do Nascimento</i>	33
<i>Exposição de Motivos</i>	35

ARTS. 1º A 17 – CARLOS VALDER DO NASCIMENTO

Art. 1º	43
1. Considerações preliminares	44



3. Finanças públicas	47
4. Gestão financeira e responsabilidade fiscal	51
5. Princípios básicos da gestão fiscal	53
5.1. Prevenção de déficit fiscal	53
5.2. Desequilíbrio fiscal: condicionantes estruturais e elementos causais	54
5.3. Segurança	57
5.4. Transparência da gestão fiscal	57
6. Política fiscal	59
7. Entes obrigados pela LRF	60
7.1. Entes federativos, seus poderes, o Ministério Público e os Tribunais de Contas	60
7.2. Referências a Estados compreendem o Distrito Federal ..	60
7.3. Tribunais de Contas e sua abrangência	62

Art. 2º	62
1. Entes federativos	63
2. Empresas estatais controlada e dependente	64
2.1. Empresas estatais	64
2.2. Empresa estatal controlada	66

2.3. Empresa estatal dependente	68
3. Origem das receitas	68
4. Receita corrente líquida	69
5. Receita corrente líquida dos entes federados	70
Art. 3º (Vetado)	71
Art. 4º	72
1. Aspecto normativo	76
2. Metas e prioridades	77
3. Estrutura do orçamento	78
4. Conteúdo da LDO	78
5. Funções	79
6. Políticas monetária, creditícia e cambial	81
Art. 5º	81
1. Competência	84
2. Estrutura do projeto de Lei Orçamentária Anual	85
3. Reserva de contingência	85
3.1. Restos a pagar	86
3.2. Alteração estrutural	87
4. Dívida pública mobiliária e contratual	87
5. Refinanciamento	89
6. Atualização monetária	90
7. Crédito ilimitado	90
8. Dotação para investimento	91
9. Despesas com o Banco Central do Brasil	92
9.1. Pessoal e encargos sociais	93
9.2. Custeio administrativo: benefícios e assistência	93
9.3. Investimentos fixos	94
Art. 6º (Vetado)	94
Art. 7º	95
1. Banco Central do Brasil	96
2. Resultados do Banco Central do Brasil	97
2.1. Evolução da sistemática operacional	97
2.2. Disciplina atual	99
3. Impacto e custo fiscal das operações	101
4. Balanços trimestrais do Banco Central do Brasil	102

5. Balancete monetário	103
6. Disponibilidades do Tesouro Nacional	103
7. Custos das reservas cambiais	104
8. Rentabilidade dos títulos	104
Art. 8º	105
1. Programação financeira e desembolso	105
2. Legislação aplicável	107
Art. 9º	109
1. Apuração da receita	109
2. Realização da receita	110
3. Limitações do empenho e da movimentação financeira	111
4. Exceção à regra geral	111
Art. 10	112
1. Execução orçamentária e financeira	112
2. Ordem cronológica dos precatórios	114
2.1. Alteração do art. 100 da CF	114
2.2. Incorporação do art. 97 ao ADCT	115
3. Inconstitucionalidade da EC 62/2009 por afronta a princípios fundamentais	116
Art. 11	118
1. Alcance do dispositivo	118
2. Definição de receita pública	119
3. Receitas derivadas	120
4. Receitas extraordinárias	122
5. Instituição, previsão e arrecadação	123
5.1. Competência para a instituição de tributos	124
5.2. Previsão	124
5.3. Sistema de arrecadação de tributos	124
6. Transferências voluntárias de impostos	125
Art. 12	126
1. Critérios para previsão de receita	127
2. Alteração de receita	128
3. Estudos, estimativas e metodologia	129
4. Cálculo da receita	130

Art. 13	131
1. Metas bimestrais de arrecadação	131
2. Combate à evasão e à sonegação	131
3. Ajuizamento da dívida ativa	133
4. Evolução dos créditos tributários	134
Art. 14	134
1. Renúncia de receita	135
2. Subsídio no plano orçamentário	137
3. Políticas sociais	137
4. Subsídios regionais	138
5. Políticas setoriais	138
6. Concessão e ampliação de incentivo	139
7. Suspensão do benefício e devolução do <i>quantum</i> não pago	140
8. Abrangência da renúncia de receita	140
8.1. Anistia	141
8.2. Remissão	141
8.3. Subsídio	141
8.4. Crédito presumido	142
8.5. Isenção em caráter não geral	144
8.6. Alteração de alíquota ou base de cálculo: redução de tri- buto ou contribuição	145
8.7. Benefício referente a tratamento diferenciado	145
9. Exceção à regra geral	146
10. Compensação racional	147
11. Benefícios e perdas fiscais	149
12. Renúncias fiscais previdenciárias	149
13. Mensuração da perda fiscal	150
Art. 15	151
1. Conceito de despesa pública	151
2. Categorias de despesa pública	152
3. Natureza jurídica	153
4. Causas do aumento da despesa pública	153
5. Créditos orçamentário e adicional	154
6. Geração da despesa pública	155
7. Despesas não autorizadas	156
8. Pagamento da despesa	157

Art. 16	158
1. Ação governamental	159
2. Criação, expansão e aperfeiçoamento	160
3. Impacto orçamentário-financeiro	160
4. Adequação com a LOA	161
5. Compatibilidade com o PPA e a LDO	161
5.1. Declaração do ordenador de despesas	161
5.2. Responsabilidade pelo ato na delegação de competência	162
6. Despesa irrelevante	163
7. Empenho, licitação e desapropriação	164
8. Correlação com normas de licitação e de pessoal	165
Art. 17	166
1. Consideração preliminar	167
2. Despesa obrigatória	168
3. Estrutura da despesa obrigatória	170
4. Classificação da despesa obrigatória	171
5. Aspecto legal da despesa obrigatória	173
6. Criação e aumento da despesa	173
7. Compensação entre receita e despesa	175
8. Aumento permanente de receita	176
9. Inadmissibilidade de aumento da despesa	176
10. Exame de compatibilidade da despesa	177
11. Exceção à regra	177
 ARTS. 18 A 28 – MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO	
Art. 18	178
1. Fundamento constitucional	178
2. Estrutura da lei quanto às normas sobre despesas com pessoal	180
3. Conceito	181
4. Despesas com terceirização de mão de obra	182
5. Período de apuração	188
Art. 19	189
1. Aplicação do art. 169 da Constituição	190
2. Despesas excluídas do limite	190
Art. 20	197
1. Repartição dos limites globais de despesa com pessoal	199

2. Considerações sobre o parágrafo vetado	202
Art. 21	203
1. Controle da despesa total com pessoal	204
2. Nulidades	204
Art. 22	206
1. Verificação do cumprimento dos limites e vedações impostas pelo descumprimento	207
Art. 23	209
1. Prazo e medidas para a eliminação do excesso de despesa . . .	210
2. Redução das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e redução temporária da jornada de trabalho	210
Art. 24	214
1. Despesa com a seguridade social	215
2. Compensação em face do aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa	217
Art. 25	218
1. Transferências voluntárias	220
2. Exigências para a realização de transferência voluntária	221
3. Comprovação da previsão orçamentária de contrapartida	224
Art. 26	225
1. Breve comentário do capítulo	226
2. Requisitos para a destinação de recursos públicos para o setor privado	226
3. Exceção à regra prevista no dispositivo	227
Art. 27	228
1. Requisitos para a concessão de crédito	228
2. Prorrogações e composições de dívidas decorrentes de operações de crédito	229
Art. 28	229
1. Utilização de recursos públicos para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional	230
2. Vedação não absoluta	231

ARTS. 29 A 31 – IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Art. 29	232
1. Aspectos conceituais.	233
2. Dívida pública consolidada.	233
3. Dívida pública mobiliária.	234
4. Operação de crédito	235
5. Concessão de garantia.	236
6. Refinanciamento da dívida mobiliária	238
7. Dívida confirmada	239
8. Títulos do Banco Central	241
9. Operações de crédito de prazo inferior a doze meses.	242
10. Refinanciamento do principal.	243
Art. 30	244
1. Dos limites da dívida pública e das operações de crédito	245
2. Limites globais	247
3. Limites da dívida federal	248
4. Conteúdo das propostas	249
5. Demonstração de limites	250
6. Estimativas do impacto.	251
7. Razões de proposição de limites.	252
8. Metodologia de apuração	252
9. Proposta de dívida líquida	254
10. Limites de receita corrente líquida	256
11. Verificação de limite	257
12. Limite de envio de provas.	258
13. Alteração de fundamentos da proposta.	259
14. Precatórios judiciais não pagos.	260
Art. 31	262
1. Limite da dívida consolidada	262
2. Permanência de excesso	263
3. Proibição de operação de crédito	264
4. Limitação de empenho	265
5. Vencimento de prazo	266
6. Restrições	266
7. Lista de descumpridores.	267
8. Aplicação das normas.	268

ARTS. 32 A 39 – JOSÉ MAURÍCIO CONTI

Art. 32	269
1. Limites à contratação de operações de crédito	271
1.1. Conceito de operação de crédito	272
1.2. Limites para a contratação e a respectiva fiscalização ...	272
1.3. Cálculo do limite	276
2. Princípio da transparência fiscal	277
3. Vedação à cláusula compensatória	278
Art. 33	278
1. Instituições financeiras privadas e o crédito público	279
2. Instituições financeiras e a corresponsabilidade na fiscaliza- ção do limite do crédito público	279
3. Sanções para as operações de crédito irregulares	280
3.1. Sanções aplicáveis às instituições financeiras privadas. . .	280
3.2. Sanções aplicáveis aos entes da Federação	280
4. Formação de reserva obrigatória	281
Art. 34	281
1. Banco Central do Brasil	281
2. Títulos da dívida pública	283
3. Proibição de o Banco Central financiar o Tesouro Nacional ..	284
4. Vedação à emissão de títulos pelo Banco Central do Brasil. . .	285
Art. 35	285
1. Equilíbrio federativo e o endividamento recíproco	286
2. Vedação às operações de crédito entre entes da Federação ...	286
3. Exceções à regra geral	287
Art. 36	288
1. Proibição de contratar operações de crédito com as institui- ções financeiras controladas	288
2. Exceção para o atendimento de investimento de clientes.	289
Art. 37	289
1. Vedação à realização de operações de crédito por equiparação ..	290
2. Captação de recursos a título de antecipação de receita tributá- ria relativa a fato gerador presumido	290
3. Recebimento antecipado de recursos das empresas em que o Poder Público tenha participação	290

4. Assunção de obrigação com fornecedor garantida por título de crédito	291
5. Assunção de obrigação com fornecedor mediante pagamento posterior sem autorização orçamentária	291
Art. 38	292
1. Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária	293
2. Limitações às operações de crédito por antecipação de receita orçamentária	293
3. Processo competitivo eletrônico	296
4. Banco Central do Brasil e a fiscalização das operações	297
Art. 39	297
1. Vedações à atuação do Banco Central do Brasil	298
2. Proibição de o Tesouro adquirir títulos do Banco Central do Brasil	299
 ARTS. 40 A 47 – MISABEL ABREU MACHADO DERZI	
Art. 40	300
1. Ideologias e Constituição	302
2. Pressupostos da Lei de Responsabilidade Fiscal como norma geral de direito financeiro	308
2.1. Normas gerais são veiculadas por leis complementares e por meio de resoluções do Senado Federal	314
2.2. Normas gerais, sendo normas infraconstitucionais, estão limitadas pela Constituição Federal, que impõe a autonomia dos entes da Federação. Inconstitucionalidades constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal	315
3. Vedação dos empréstimos diretos entre entes da Federação e o endividamento exclusivo por meio de bancos e instituições financeiras	322
4. Noção de garantia e contragarantia	325
5. Requisitos e condições do art. 40	330
6. Exigência de contragarantias e a inconstitucional autorização para vincular receitas tributárias do ente devedor, com outorga de poderes ao garantidor para retê-las e empregá-las no respectivo valor da liquidação da dívida vencida	331

6.1. Vinculação, retenção e expropriação inconstitucional das receitas de transferências constitucionais	332
6.2. Vinculação e expropriação inconstitucional das receitas tributárias diretamente arrecadadas pelo ente federativo .	335
6.3. O pronunciamento dos juristas por ocasião dos bloqueios promovidos pela União na receita arrecadada pelo Estado de Minas Gerais.	342
7. Requisitos e condições das garantias nas operações de crédito junto a organismo internacional. Outra inconstitucionalidade . . .	353
Art. 41 (Vetado)	356
1. Regime das despesas e receitas em relação ao exercício financeiro. A Lei n. 4.320/64	357
2. Efeitos do orçamento em relação a direitos de terceiros	361
Art. 42	363
Art. 43	364
1. Regra geral para as disponibilidades do caixa único	365
2. Disponibilidades de caixa dos sistemas de previdência social geral e próprio dos servidores públicos	365
Art. 44	368
Art. 45	369
Art. 46	372
1. O § 3º do art. 182 da Constituição ou o prévio depósito judicial do valor da indenização	373
2. Nulidade de pleno direito	375
Art. 47	377
1. Norma atinge a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas empresas controladas.	378
2. Contratos de gestão.	378
3. Mecanismos de controle impostos pelo art. 47.	384
ARTS. 48 A 59 – GILMAR FERREIRA MENDES	
Art. 48	388
Art. 48-A	389

1. Instrumentos de transparência da gestão fiscal.	389
2. Ampla divulgação dos planos orçamentário-financeiros	392
3. Participação popular e audiências públicas	393
4. “Lei da transparência”	394
5. Transparência fiscal e a atuação do Conselho Nacional de Justiça ...	395
Art. 49	396
1. Disponibilidade das contas para consulta popular	397
2. Requisitos para a prestação de contas da União	397
3. Avaliação do impacto fiscal	398
Art. 50	398
1. Escrituração das contas públicas	399
Art. 51	400
1. Consolidação das contas dos entes federativos.	401
2. Prazos para as contas dos Estados e Municípios	401
Art. 52	402
Art. 53	402
1. Relatório resumido da execução orçamentária	403
Art. 54	404
1. Relatório da gestão fiscal	404
Art. 55	405
1. Conteúdo do relatório da gestão fiscal	406
Art. 56	406
1. Extensão da prestação de contas.	407
Art. 57	408
1. Parecer prévio dos Tribunais de Contas	408
Art. 58	409
1. Incremento das receitas públicas	409
2. Ética do gasto público.	409
Art. 59	410
1. Fiscalização do cumprimento da LRF	411
2. Limites de endividamento.	412
ARTS. 60 A 75 – MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS	
Art. 60	414
1. Limites inferiores aos previstos nesta lei complementar	414

Art. 61	419
1. Títulos da dívida pública oferecidos em caução para garantia de empréstimo.	419
Art. 62	425
1. O orçamento do Município no novo cenário constitucional. . .	426
2. Os Municípios e a contribuição para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação.	429
Art. 63	436
1. O Município com população inferior a cinquenta mil habitantes .	437
2. Da devida equidade entre os Municípios	440
Art. 64	442
1. Da assistência técnica e cooperação financeira aos Municípios .	442
Art. 65	451
1. Calamidade pública	451
2. Suspensão dos prazos e disposições estabelecidos nos arts. 23, 31 e 70	454
Art. 66	457
1. O Produto Interno Bruto	458
2. Duplicação dos prazos estabelecidos nos arts. 23, 31 e 70 no caso de crescimento real baixo ou negativo do PIB	462
Art. 67	466
1. Conselho de gestão fiscal	467
Art. 68	478
1. A Emenda Constitucional n. 20/98.	479
2. A LRF (vigência)	481
Art. 69	484
1. A crise da previdência social	484
2. Do regime próprio de previdência	487
3. Equilíbrio financeiro e atuarial.	489
Art. 70	496
1. O orçamento do setor público.	496
2. Da eliminação do excesso.	502

Art. 71	507
1. Da hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição	507
2. Da despesa excedente com o pessoal dos Poderes e órgãos referidos no art. 20	510
Art. 72	512
1. Excesso de despesa com serviços de terceiros dos Poderes e órgãos referidos no art. 20	512
2. Contratação de mão de obra através de empresas terceirizadas	516
Art. 73	519
1. Penalidades para o descumprimento da presente lei.	519
2. Lei n. 10.028/00	526
3. Conclusão	530
Art. 73-A	534
Art. 73-B	539
1. Dos prazos para o cumprimento dos instrumentos de transparência da gestão fiscal	540
Art. 73-C	541
Art. 74	543
Art. 75	543
1. Da vigência e revogação da Lei Complementar n. 96/99	543
2. Dos efeitos dos arts. 74 e 75	550

APÊNDICE

Constituição da República Federativa do Brasil (dispositivos)	553
Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000	559
Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964	597
Lei n. 9.989, de 21 de julho de 2000	624
Lei n. 9.969, de 11 de maio de 2000	626
Lei n. 9.995, de 25 de julho de 2000	632

ADENDO ESPECIAL

LEI DE CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

ARTS. 1º E 2º – DAMÁSIO E. DE JESUS

Art. 1º	677
I – Art. 339 do Código Penal	677

1. Tipo fundamental original e nova redação	677
2. Penas	678
3. Causa de aumento de pena	678
4. Causa de diminuição de pena	678
5. Fundamento político da alteração legislativa	678
6. Objeto jurídico	678
7. Sujeitos do crime	678
8. Denúnciação por ato de improbidade administrativa contra “agente do Poder Público ou terceiro beneficiário”	679
9. Tipo objetivo	680
10. Tipo subjetivo	681
11. Consumação e tentativa	681
12. Figuras típicas qualificada e privilegiada	681
13. Ação penal	682
Art. 2º	682
1. Introdução	682
I – Art. 359-A do Código Penal	682
1. Proteção penal	683
2. Qualificação especial do sujeito ativo	683
3. Sujeitos passivos	684
4. Tipo objetivo	684
5. Tipo subjetivo	684
6. Elemento normativo do tipo	685
7. Elemento modal do tipo	685
8. Exclusão da ilicitude	685
9. Estado de necessidade justificante da conduta do agente públi- co (CP, art. 24)	685
10. Momento consumativo e tentativa	686
11. Operação de crédito irregular	686
12. Responsabilidades civil, administrativa e penal	687
13. Ação penal	687
II – Art. 359-B do Código Penal	687
1. Origem da disposição penal	687
2. Tutela criminal	688
3. Sujeitos do delito	688

4. Elementos objetivos do tipo	688
5. Elemento subjetivo da figura típica	689
6. Elemento normativo do tipo	689
7. Consumação e tentativa	689
8. Procedimento criminal	689
III – Art. 359-C do Código Penal	690
1. Origem da disposição	690
2. Tutela penal.	690
3. Sujeito ativo	690
4. Sujeito passivo	691
5. Figura típica objetiva	691
6. Tipo subjetivo	691
7. Elemento modal do tipo	692
8. Momento consumativo e tentativa	692
9. Ação penal	692
IV – Art. 359-D do Código Penal	692
1. Fundamento legal da disposição incriminadora	693
2. Objetividade jurídica	693
3. Sujeitos do fato típico	693
4. Tipo objetivo	693
5. Tipo subjetivo	694
6. Consumação e figura tentada	694
7. Ação penal	694
V – Art. 359-E do Código Penal	694
1. Suporte legal da incriminação	694
2. Objeto jurídico	695
3. Sujeitos do crime	695
4. Elementos objetivos do tipo	695
5. Elemento subjetivo do tipo	696
6. Momento consumativo e tentativa	696
7. Ação penal	696
VI – Art. 359-F do Código Penal	696
1. Fundamento político da incriminação	696
2. Tutela penal.	697
3. Sujeitos do crime	697

4. Tipo objetivo	697
5. Elemento subjetivo do tipo	698
6. Elemento normativo da figura típica	698
7. Consumação e tentativa	698
8. Ação penal	698
VII – Art. 359-G do Código Penal	698
1. Fundamento político-criminal do dispositivo incriminador . . .	699
2. Sujeitos do fato típico	699
3. Elementos objetivos do tipo	699
4. Dolo típico	700
5. Período temporal de realização do crime	700
6. Momento consumativo e tentativa	701
7. Ação penal	701
VIII – Art. 359-H do Código Penal	701
1. A Lei de Responsabilidade Fiscal como fundamento político- -criminal da disposição incriminadora	701
2. Tutela criminal	702
3. Sujeitos do delito	702
4. Tipo objetivo incriminador	702
5. Dolo do tipo	703
6. Consumação e tentativa	703
7. Ação penal	703
<i>Bibliografia</i>	705